

**DEMOCRACIA E LIBERALISMO: A IDEIA DE SIMETRIA
ENTRE OS SISTEMAS POLÍTICO
E ECONÔMICO POR MILTON FRIEDMAN**

**DEMOCRACY AND LIBERALISM: THE IDEA OF
SYMMETRY BETWEEN THE POLITICAL AND
THE ECONOMIC SYSTEMS BY MILTON FRIEDMAN**

*Thiana de Souza Cairo Tunes **

RESUMO

O presente artigo apresenta, como objetivo principal, demonstrar a ideia de simetria entre os sistemas político e econômico na obra de Milton Friedman, ou seja, a liberdade econômica como uma condição essencial para a liberdade política. Para tanto, mediante uma pesquisa bibliográfica em torno dos temas da democracia e do liberalismo, bem como, a partir de um recorte metodológico nas obras “Capitalismo e Liberdade” e “Livre para Escolher: um depoimento pessoal” do referido autor, buscou-se demonstrar a sua contribuição teórica em torno da defesa do livre mercado como a melhor opção de organização econômica em contraponto as economias de planejamento central. Por fim, foram realizadas algumas reflexões em torno da obra do autor com o tema da liberdade, enquanto um corolário para as sociedades democráticas.

Palavras-chave: Escola de Chicago; economia de mercado; liberdade; economia planificada; regime democrático.

ABSTRACT

This article presents the idea of symmetry between the political and the economic systems in Milton Friedman work, being

* Doutoranda em Direito pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. *Paper* apresentado como parte das atividades da Disciplina Tópicos Especiais em Direito do Estado ministrado pelo Professor, Dr. Jaime Barreiros Neto no Programa de Pós-graduação em Direito. A autora é bacharela em Direito e Economia pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Mestra em Cultura e Turismo pela UESC e UFBA. Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET e em Direito Público pela Universidade Anhanguera – UNIDERP. Professora do Curso de Direito da Universidade do Estado da Bahia – UNEB - Campus XV. Instagram: @thianacairo.

economic freedom an essential condition to political freedom. For this purpose, a bibliographic research was conducted around the topics of democracy and liberalism, as well as a methodological cut in “Capitalism and Freedom” and “Free to Choose” (by the same author), in which we intend to demonstrate his theoretical contribution about the ideas of free marketing as a better economic organization as opposed to central planning economies. At last, some observations were made around Friedman’s books in which freedom as a corollary to democratic societies was the main topic.

Keywords: Chicago School; market economy; freedom; planned economy; democracy.

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS

“A liberdade econômica é uma condição essencial para a liberdade política”². Essa frase é uma passagem da Obra de Milton Friedman e Rose Friedman intitulada “Livre para escolher: um depoimento pessoal” que revela o objeto de análise desse breve estudo. Essa perspectiva que nos remete a uma simetria entre os sistemas político e econômico, também se faz presente, conforme se verá, em outro livro de destaque de Friedman - “Capitalismo e Liberdade” - também base teórica da pesquisa.

Para além disso, as discussões em torno da democracia e do liberalismo é tema sempre atual no ambiente acadêmico e no cenário da sociedade mundial, sendo constantemente estudado e revisitado, sob os olhares críticos de muitos teóricos de diversas áreas do conhecimento, daí a relevância do estudo.

Nesse sentido, a partir das análises das principais obras de Milton Friedman acima citadas e através de um recorte metodológico, em especial, dos capítulos I e II³ e, ainda, com base em uma pesquisa bibliográfica em torno dos temas da democracia e do liberalismo, as reflexões que serão aqui tratadas circundarão em questões sempre relevantes e inquietantes – e sem pretensão de

2 FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. *Livre para escolher: um depoimento pessoal*. Tradução de Lígia Filgueiras. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020. p. 23.

3 Como recorte metodológico, a análise focará nos capítulos I e II da Obra “Livre para escolher: um depoimento pessoal.” e os Capítulos I e II da Obra “Capitalismo e Liberdade”. (FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. *Livre para escolher: um depoimento pessoal*. Tradução de Lígia Filgueiras. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020. FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. 1. ed., 5. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2020.).

trazer respostas prontas e definitivas – em torno das liberdades econômicas e política como condição para a democracia.

2. NOÇÕES SOBRE DEMOCRACIA

O que é Democracia? Essa questão polêmica e recorrente na sociedade em diversas épocas e lugares já foi palco de análises de várias obras e pensadores da ciência política e outras áreas do conhecimento, a exemplo do direito. Aqui e acolá, observa-se grande divergência, embora seja possível observar alguns elementos comuns na tentativa de sua definição.

De uma coisa é certa: mesmo países com grandes dessemelhanças políticas e culturais se rotulam (ou pretendem um enquadramento) como uma sociedade democrática. Assim, segundo Barreiros Neto: “No mundo de hoje, vivemos a parêmia da unanimidade democrática: a maior parte dos governos e dos povos de todo o planeta desejam se intitular, ou mesmo autoproclamam-se, como democráticos!”⁴

A expressão democracia tem origem na Antiga Grécia e compreende a junção de “*demo*” que significa “povo” e “*kracia*” que significa governo. Assim, tal palavra carrega em si a ideia primordial de um “governo do povo”.

Nesse sentido, Abraham Lincoln em seu histórico discurso em 1863 teria definido como sendo “o governo do povo, pelo povo e para o povo”. Uma outra conhecida definição foi proferida por Winston Churchill, famoso primeiro-ministro do Reino Unido durante a II Guerra Mundial, segundo a qual a democracia é “o pior de todos os regimes políticos, à exceção de todos os demais já testados”.⁵

Com efeito, um longo caminho histórico poderia ser aqui percorrido para discutir tão relevante tema, desde sua configuração mais remota até os moldes atuais. Todavia, dada as limitações e necessidade de um recorte metodológico, daremos um “salto” para abordar a democracia a partir de uma perspectiva mais contemporânea e liberal, para assim dialogar com os pontos subsequentes deste estudo.

Nas lições de Barreiros Neto:

4 BARREIROS NETO, Jaime. *Teorias da democracia*. 1. ed. Salvador: JusPodivm: Faculdade Baiana de Direito, 2019. p. 09.

5 Ibidem, p. 09-10.

A democracia, nos seus moldes contemporâneos, exige que, tal como afirmam os liberais, haja o respeito à liberdade individual e à pluralidade de ideias, consubstanciadas na defesa da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa, bem como da preservação da esfera privada frente às sempre presentes ameaças totalizadoras. Por outro lado, conforme bem destacam os adeptos do republicanismo, a democracia contemporânea também exige o exercício de deveres fundamentais, fundados em uma maior interação dos indivíduos com a esfera pública, bem como a existência de um sistema de freios e contrapesos, que possibilite o equilíbrio necessário entre as instituições políticas e entre as diversas representações da sociedade civil.⁶

Dessa forma, ainda conforme os ensinamentos do Autor acima citado, é possível compreender que na essência democrática encontram-se diversos fatores conjugados, dentre os quais destacamos a preservação da liberdade individual e do pluralismo, o respeito às minorias, a solidariedade social, a importância do cumprimento de deveres fundamentais como corolário ao exercício dos direitos essenciais, dentre outros. Ademais, a democracia deve ser enxergada como um processo dinâmico e em constante construção.⁷

Em reforço, nas palavras do Autor aludido *ipsis litteris*:

[...] no cerne da democracia, encontra-se uma conjunção de fatores como a preservação da liberdade individual e do pluralismo, o respeito às minorias, a solidariedade social, a importância do cumprimento de deveres fundamentais como corolário ao exercício dos direitos essenciais, o incentivo à formação de uma cultura política cívica e a defesa da transparência pública. Além disso, não se pode negligenciar o fato de que a democracia é um regime dinâmico, um processo em constante construção, dotado de imperfeições, cujo desenvolvimento deve repousar em bases sólidas, enraizadas nas tradições de um povo e no equilíbrio e eficiência das suas instituições.⁸

Assim, é possível observar, diante do exposto, que os valores liberais fazem parte do “espírito” democrático. A liberdade é palavra-chave que apresenta um lugar de destaque no cenário político e, por tal razão, merece uma análise mais detida. Porém, antes disso, necessário um breve esboço histórico sobre a doutrina liberal.

6 BARREIROS NETO, Jaime. *Teorias da democracia*. 1. ed. Salvador: JusPodivm: Faculdade Baiana de Direito, 2019. p. 148.

7 Ibidem, p. 149.

8 BARREIROS NETO, op. cit., p. 149.

3. LIBERALISMO: UMA BREVE ABORDAGEM HISTÓRICA

O liberalismo é um fenômeno histórico que dificilmente pode ser definido, sendo mais fácil e sensato descrevê-lo. “Para sugerir uma teoria do liberalismo, antigo e moderno, deve-se proceder a uma descrição comparativa de suas manifestações históricas”.⁹ Assim, recorrendo as lições de Merquior em sua obra intitulada “O liberalismo antigo e moderno”, propõe-se um estudo a partir de uma perspectiva histórica da doutrina liberal, percorrendo uma análise desde o liberalismo clássico até o neoliberalismo.

Em apertada síntese e com base no autor supracitado, o liberalismo clássico (1780-1860), através de seus principais pensadores (Locke, Montesquieu, Benjamin Constant, Tocqueville, John Stuart Mill) deu duas contribuições decisivas ao pensamento liberal:

Em primeiro lugar, fundiram traços liberais numa advocacia coerente da ordem social-liberal secular que estava então tomando forma nos governos representativos da época. Em segundo lugar, introduziram e desenvolveram dois outros temas no pensamento liberal: democracia e libertarianismo. Juntos, esses temas essenciais constituíram uma defesa do indivíduo não apenas contra o governo opressivo, mas também contra intromissões de constrangimento social.¹⁰

Ademais, Locke e Montesquieu são mais “ancestrais que fundadores” da doutrina liberal (ambos legaram ao pensamento liberal o imperativo da limitação do poder), pois foi com o advento da Revolução Industrial e da Revolução Francesa que o liberalismo aflorou como ideologia.¹¹

Dentre os pensadores liberais clássicos, Alexis de Tocqueville (1805 – 1850), filósofo político francês do século XIX, afirmava que “Quem procura na liberdade outra coisa para além dela própria foi feito para servir [...]”.¹² Essa afirmativa revela então o propósito liberal, calcado naquilo que seria sua busca primordial: a liberdade. Para manter o diálogo com o tópico anterior deste estudo (democracia), vale lembrar que o referido pensador trouxe a noção

⁹ MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo antigo e moderno*. 3. ed. São Paulo: É Realizações, 2014. p. 40.

¹⁰ Ibidem, p. 94.

¹¹ MERQUIOR, José Guilherme. *O argumento liberal*. 1. ed. São Paulo: É Realizações, 2019. p. 79-80.

¹² TOCQUEVILLE, Alexis. *O antigo regime e a revolução*. Lisboa: Fragmentos, 1989. p. 148.

da expressão hoje conhecida como “A tirania da maioria”¹³ para descrever falhas do governo democrático no que concerne ao tratamento injustificado e opressivo das minorias.

Dando continuidade à proposta de um breve relato histórico, Merquior discorre acerca do liberalismo conservador e, após, sobre o liberalismo social (novo liberalismo) e neoliberalismo.

O liberalismo conservador (pensadores como Bagehot, Spencer, Sarmiento, Max Weber) representou um recuo da democracia liberal. O liberalismo social, por sua vez, floresceu graças a John Hobson e Leonard Hobhouse, motivados pela preocupação com as liberdades positivas e justiça social, ultrapassando-se, assim, a ideia de Estado minimalista (substituição da economia do *laissez-faire*). Destaca-se, aqui, John Maynard Keynes (1883-1946) e o movimento conhecido como “keynesianismo” com o escopo de demonstrar a necessidade de uma maior atuação do Estado na economia.

Por derradeiro, na segunda metade do Séc. XX, surge um renascimento liberal (neoliberalismo) com destaque para teóricos como Ludwig Von Mises, Friedrich August von Hayek (Escola Austríaca) e Milton Friedman (Escola de Chicago), contrapondo-se, sobretudo, a uma regulamentação excessiva da economia, defendendo, portanto, um papel mínimo para o Estado.

Ao discorrer sobre os pilares do liberalismo na perspectiva da Escola Austríaca, Donald Stewart Jr.¹⁴ dispõe que “Liberalismo é antes de tudo liberdade”. A escolha da liberdade como valor supremo não diz respeito a questões de natureza religiosa ou metafísica, mas é uma decorrência de um sistema baseado na liberdade onde se assegura a maior produtividade do trabalho humano e, nesse sentido, é algo do interesse de todos os habitantes do mundo. Liberdade, propriedade e paz são pilares da doutrina liberal, devendo-se, ainda, acrescentar a tais valores, a tolerância.

13 ‘O que é maioria’, Tocqueville escreve, ‘senão um indivíduo com opiniões e comumente com interesses, contrário a outro indivíduo, chamado minoria’? Na forma mais completamente realizada de democracia (a América para ele), essa maioria é dotada de poderes sem controle, o que ocasiona a preocupação de que ‘se você admite que um homem investido de onipotência possa abusar contra seus adversários, por que não admitir o mesmo com referência à maioria’? Tocqueville pensou que isso é exatamente o que aconteceu na América e ele usou a agora bem conhecida frase, ‘a tirania da maioria’, para descrever uma quantidade de falhas. (CUNNINGHAM, Frank. *Teorias da Democracia: uma introdução crítica*. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 12).

14 STEWART JR., Donald. *O que é liberalismo*. 6. ed. São Paulo: LVM Editora, 2019. p. 110-111.

Nesse sentido, vistas tais generalidades das ideias liberais, passemos nas próximas linhas à análise da contribuição teórica de Milton Friedman para, após, pontuar a relação entre liberalismo e democracia.

4. DA SIMETRIA ENTRE OS SISTEMAS POLÍTICO E ECONÔMICO POR MILTON FRIEDMAN

Milton Friedman (1912-2006) foi um economista, professor, escritor norte-americano e um dos principais líderes da Escola de Chicago. Recebeu em 1976 o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel e é considerado um dos teóricos e defensores do liberalismo econômico mais influentes do século XX.

Conforme exposto nas considerações iniciais, um dos pontos centrais de sua obra diz respeito a relação entre as liberdades econômica e política, aquela considerada uma condição essencial desta.

Em suas abordagens, o autor menciona que acreditar que política e economia são áreas segregadas e estanques - que liberdade individual é um problema político e bem-estar material é problema econômico – é, em sua opinião, um delírio, já que há uma ligação estreita entre economia e política. É por tal razão, registre-se, que ele rechaça a ideia de um “socialismo democrático”, posto que “uma sociedade socialista não pode ser democrática, no sentido de garantir a liberdade individual”.¹⁵

Em outras palavras, caso o cidadão não possua liberdade econômica, ele não terá liberdade política. Nas suas lições:

As organizações econômicas desempenham duplo papel na promoção da sociedade livre. Primeiro, como componente da liberdade em sentido amplo, a liberdade econômica é fim em si mesma. Segundo, a liberdade econômica também é meio indispensável para a consecução da liberdade política.¹⁶

Assim, a liberdade econômica é encarada como um meio para alcançar o fim da liberdade política, sendo necessário segregar poder político e econômico. Para Friedman, “a combinação de poder econômico e político nas mesmas mãos é uma receita segura para

¹⁵ FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. 1. ed., 5. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2020. p. 10.

¹⁶ *Ibidem*, p. 10.

a tirania.”¹⁷ Adverte ainda o Autor que: “[...] se o poder econômico se mantém à parte do poder político, ele pode atuar como freio e contrapeso do poder político.”¹⁸

Em reforço, o sistema político é tratado em simetria com o econômico e ambos são vistos como mercados “nos quais os resultados são determinados pela interação entre pessoas em busca de seus próprios interesses pessoais (em um sentido amplo) em vez de objetivos sociais que os participantes acham vantajoso enunciar.”¹⁹

Vale lembrar ademais, que Friedman busca demonstrar que a sociedade que é regida pelo livre mercado seria a mais próspera e a melhor escolha (o que ele denomina de capitalismo competitivo), sobretudo em contraponto com as sociedades com planejamento central (a exemplo do socialismo).

Em verdade, aborda o autor, existem duas formas de coordenar as atividades econômicas: uma de direção central – técnica das forças armadas e do estado totalitário moderno – e a outra de cooperação voluntária dos indivíduos – a técnica do mercado.²⁰ Assim, “o capitalismo não garante a sua liberdade, mas, por várias razões, a ausência dele é garantia de falta de liberdade.”²¹

Nesse cenário e em meio a essas afirmações apontadas acima, oportuno nesse momento abordar a ideia de cooperação voluntária, próprio do papel do mercado nas organizações econômicas.

O primeiro ponto a se destacar é que, para Friedman, uma economia predominantemente de troca voluntária abriga em si o potencial para promover tanto a prosperidade quanto a liberdade humana. Em outras palavras, a troca voluntária, como ressalta o autor, não é condição suficiente para a prosperidade e liberdade. Mas ela é uma condição necessária para ambos. Em reforço, observa-se que o mercado é visto como “ferramenta” essencial para o alcance da liberdade.

17 FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. *Livre para escolher*: um depoimento pessoal. Tradução de Lígia Filgueiras. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020. p. 23.

18 FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. 1. ed., 5. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2020. p. 18.

19 FRIEDMAN; FRIEDMAN. op. cit., p. 14.

20 FRIEDMAN. op. cit., p. 15.

21 LANDSBURG, Steven. *O essencial de Milton Friedman*. Tradução de Matheus Pacini. São Paulo: Faro Editorial, 2021. p. 73.

No ponto acerca da cooperação através da troca voluntária²² o autor recorre a ideias de Adam Smith no século XIX, considerado o pai da economia moderna, em sua obra “A Riqueza das Nações”. Friedman aborda que o indivíduo ao buscar seu próprio interesse é levado por uma mão invisível a promover um fim que não fazia parte de suas intenções, ou seja, ele promove o interesse também da sociedade.

Não seria, portanto, necessária a presença de alguém sentado em um “escritório central” dando ordens a milhares de pessoas envolvidas nas transações de um mercado. Dito de outro modo, é dispensável para a dinâmica do mercado e sistema dos preços, a presença de uma direção central para coordenar as transações voluntárias. Assim, o sistema de preços “permite às pessoas cooperar pacificamente em um determinado momento de sua vida, ao mesmo tempo em que cada um cuida do que é seu em relação a tudo mais.”²³

Nessa abordagem, interessante notar que Friedman menciona que o conceito de “interesse próprio” não deve ser visto como um egoísmo míope, o que seria considerado um erro. Ao contrário, o interesse próprio “é o que interessa aos participantes, seja lá o que for, o que quer que eles valorizem, quaisquer que sejam os objetivos que busquem”.²⁴ Ou seja, o interesse próprio envolve uma avaliação a partir dos valores pessoais de cada um.

Nesse ponto, surge o seguinte questionamento: E qual o papel atribuído ao Governo? Mais uma vez, se valendo dos ensinamentos de Adam Smith, o autor descreve três deveres, quais sejam:

- 1) Dever de proteção: obstar a violência e a invasão de outros países (garantia da soberania nacional);
- 2) Proteger os cidadãos uns dos outros (dever de implementar uma completa administração da justiça);

22 Friedman traz o exemplo de uma história intitulada “I, Pencil: My Family Tree as Told to Leonard E. Read para relatar como a troca voluntária leva milhões de pessoas a cooperarem entre si. O Sr. Read, no papel de “Lápis de Grafite”, começa a história com a declaração de que: “não há uma única pessoa que saiba me fazer”. Então ele prossegue contando sobre as pessoas e inúmeras habilidades que estão envolvidas na fabricação de um lápis (corte da árvore, extração da madeira, transporte, serras, caminhões, cordas, grafite, latão, borracha etc). Enfim, após o relato de todo o processo produtivo e inúmeras pessoas e materiais envolvidos, diz o lápis: “será que alguém quer desafiar minha afirmação inicial de que não há uma única pessoa na face da terra que saiba me fazer?” (FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. *Livre para escolher: um depoimento pessoal*. Tradução de Lígia Filgueiras. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020. p. 35-36.).

23 FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. *Livre para escolher: um depoimento pessoal*. Tradução de Lígia Filgueiras. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020. p. 37.

24 Ibidem, p. 55.

3) Criar e manter certas obras públicas e certas instituições públicas que jamais algum indivíduo ou um pequeno número de indivíduos poderia ter interesse em criar e manter.²⁵

No mesmo sentido: “a existência de um mercado livre evidentemente não elimina a necessidade de governo.”²⁶

Esse último dever é, segundo Smith, o mais problemático e que tem sido usado para justificar um alcance cada vez maior das atividades do governo (ele considerava um dever de aplicação restrita). Assim, para Friedman, esse terceiro papel poderia ser interpretado para justificar uma expansão ilimitada do poder do governo.

Segundo o Autor:

Para financiar suas atividades, o Governo precisa coletar impostos e isso afeta os contribuintes. Além disso, cada acréscimo de poder do governo, para qualquer propósito, aumenta o perigo de que tal governo, em vez de servir à grande maioria de seus cidadãos, venha a ser um meio pelo qual alguns indivíduos tiram vantagem de outros. Cada medida governamental carrega, digamos assim, uma chaminé em suas costas.²⁷

Nesse sentido, arremata o autor, que nada impede a construção de uma sociedade que se fundamenta na cooperação voluntária para a organização, tanto da atividade econômica, quanto de outras atividades, “uma sociedade que preserva e amplia a liberdade humana, que mantém o governo em seu lugar, tornando-o nosso servo e não deixando que ele se torne nosso senhor.”²⁸

De mais a mais, ao abordar o tema “A tirania dos controles”, Friedman aponta severas críticas à economia planejada. Segundo o Autor, o Estado ao assumir o controle das atividades econômicas, bem como o planejamento econômico central, proporcionaria aos cidadãos comuns baixo padrão de vida e pouco poder para controlar seus próprios destinos, presos, portanto, a “algemas políticas”.

Para ilustrar sua afirmação, o autor faz uma comparação entre a Índia (1947) e Japão (1867). Estes países encontravam-se em

25 FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. *Livre para escolher*: um depoimento pessoal. Tradução de Lígia Filgueiras. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020. p. 61.

26 FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. 1. ed., 5. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2020. p. 17.

27 FRIEDMAN; FRIEDMAN. op. cit., p. 61.

28 Ibidem, p. 69.

circunstâncias bastante parecidas e, em razão da diferença nos métodos de organização econômica, tomaram rumos diferentes.

O Japão desmontou sua estrutura feudal e estendeu as oportunidades sociais e econômicas a todos os seus cidadãos. O país tornou-se uma potência a ser reconhecida no cenário político internacional. A Índia, ao revés, fez promessas vazias de eliminar as barreiras da divisão em castas, mas progrediu muito pouco na prática. O país se orgulhava de ser a maior democracia do mundo, mas em pouco tempo caiu em uma ditadura.²⁹

Do exposto, indaga Friedman: “O que explica essa diferença de resultados?” Ele ressalta que “Muitos observadores consideram a diferença nas instituições sociais e nas características humanas”.³⁰ Todavia, para a autor, a diferença foi que o Japão apoiou-se na cooperação voluntária e na economia de mercado. A Índia, por sua vez, baseou-se na economia planificada.

Assim, sobre a Índia o autor aduz no seguinte sentido:

[...] os salários e preços são controlados. É necessária autorização do governo para construir uma fábrica ou fazer qualquer outro investimento. Os impostos são onipresentes, altamente progressivos no papel, desviados, na prática, por evasão fiscal. Contrabando, mercado negro, transações ilegais de toda espécie são tão onipresentes em cada área como são os impostos, minando o respeito pela lei e, ainda assim, prestando um serviço social valioso ao anular, de certa forma, a rigidez do planejamento central, permitindo que as necessidades urgentes sejam atendidas.³¹

Nesse ponto, toda essa abordagem nos faz refletir acerca da ideia de que uma economia planificada pode promover progresso e desenvolvimento econômico, mas o custo para a sociedade, em termos de liberdade (seja, econômica, política ou humana), pode ser uma realidade desastrosa. É por tal razão que o autor rechaça o método de organização econômica planificada.

Por outro lado e trazendo à baila o tema da democracia, Robert A. Dahl leciona que há uma tensão permanente entre democracia e economia de mercado capitalista, escondendo nessa

29 FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. *Livre para escolher*: um depoimento pessoal. Tradução de Lígia Filgueiras. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020. p. 97-100.

30 *Ibidem*, p. 100.

31 FRIEDMAN; FRIEDMAN. *op. cit.*, p. 100.

associação um paradoxo: “a economia do capitalismo de mercado, inevitavelmente, gera desigualdade nos recursos políticos a que os diferentes cidadãos têm acesso”.³²

Assim, adverte o autor citado, essa “simbiose antagônica” traz prejuízos sérios à igualdade política, “já que os cidadãos economicamente desiguais tem grande probabilidade de ser também politicamente desiguais”.³³ E acrescenta ainda que: “democracia e capitalismo de mercado são como duas pessoas ligadas por um casamento tempestuoso, assolado por conflitos – mas que resiste, porque nenhum dos parceiros deseja separar-se do outro.”³⁴

No mais, ainda que haja essa relação conflituosa citada por Dahl, é certo que toda a experiência histórica demonstra que, em uma economia centralizada/planificada, a liberdade é ceifada e, nessa perspectiva, mostra-se mais prejudicial e danosa do que a dinâmica do mercado preconizada por Friedman, sobretudo nas sociedades democráticas.

Ademais, pondera Dahl que, embora haja relação paradoxal entre democracia e economia de mercado, conforme exposto linhas acima, é possível concluir, apesar disso, que a sociedade e o desenvolvimento econômico típico de uma economia capitalista de mercado demonstram condições mais favoráveis à manutenção das instituições democráticas políticas. É nesse sentido que, ao conjecturar sobre uma “sociedade democrática avançada”, dentre outros aspectos, o autor, ao refletir sobre políticas públicas, defende que “um país democrático avançado regularia deliberadamente suas estruturas sociais, econômicas e políticas a fim de atingir a igualdade política.”³⁵

Assim, a lógica do mercado, na nossa visão, não deve ser a única racionalidade possível. Nas palavras de Dworkin³⁶, em um mercado corrompido das economias capitalistas, faz-se necessá-

32 DAHL, Robert A. *Sobre a democracia*. Tradução de Beatriz Sindou. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 2016. p. 175.

33 DAHL, Robert A. *Sobre a democracia*. Tradução de Beatriz Sindou. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 2016. p. 175.

34 Ibidem, p. 175.

35 DAHL, Robert A. *A democracia e seus críticos*. Tradução de Patrícia de Freitas Ribeiro. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. p. 514.

36 DWORKIN, Ronald. *Justiça para ouriços*. Tradução de Pedro Elói Duarte. Coimbra: Almedina, 2012. p.365.

ria a regulação, seja para proteger a liberdade ou a eficiência de um mercado, seja para o proteger das distorções do monopólio ou da externalidade.

Dessa forma, o mercado perfeito capaz de manter a simetria entre as liberdades econômica e política, por vezes, demonstra distorções, as quais devem ser corrigidas via intervenção estatal, pois as variáveis políticas (além de outras de natureza pessoal, social, cultural etc.) podem refletir no interesse do cidadão e, ainda, comprometer a igualdade política.

Outrossim, importante advertir, consoante as lições de Bobbio³⁷, que o ideal de igualamento econômico é tema estranho à tradição do pensamento liberal. A igualdade de oportunidades prevê igualamento dos pontos de partida, mas não dos pontos de chegada.

Para o autor aludido: “Não só o liberalismo é compatível com a democracia, mas a democracia pode ser considerada o natural desenvolvimento do Estado Liberal somente se tomada não pelo lado de seu ideal igualitário, mas pelo lado de sua fórmula política, que é, como se viu, a soberania popular.”³⁸

Enfim, para concluir as reflexões em Friedman, ao tratar da liberdade humana, o autor menciona que “as restrições sobre a liberdade econômica afetam, inevitavelmente, a liberdade em geral, inclusive áreas como a da liberdade de expressão e imprensa”.³⁹ A liberdade é um todo e qualquer coisa que a reduza em uma parte de nossas vidas, provavelmente afetará a liberdade em outras partes. Embora a liberdade não seja absoluta, “a necessidade urgente hoje é eliminar restrições, não aumentá-las”.⁴⁰

Assim, na análise aqui exposta e, ainda, estreitando-se com os temas já discutidos sobre liberalismo e democracia, é possível verificar que a ideia de liberdade preconizada pelos liberais deve fazer parte da concepção de uma sociedade democrática. Obstar a tirania e o autoritarismo – umas das preocupações centrais da

37 BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Edipro, 2017. p. 65.

38 Ibidem, p. 65.

39 FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. *Livre para escolher: um depoimento pessoal*. Tradução de Lígia Filgueiras. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020. p. 110 e 113.

40 Ibidem, p. 110 e 113.

obra de Friedman ao repudiar as sociedades planificadas – é uma questão que deve sempre permear um debate democrático, já que a história jamais conciliou esse regime político com qualquer tipo de economia totalmente centralizada e totalitária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto central desse breve estudo foi demonstrar a ideia de simetria entre os sistemas político e econômico por Milton Friedman, ou seja, a liberdade econômica como uma condição essencial para a liberdade política.

A partir de um recorte metodológico, a pesquisa centrou-se na análise mais detida dos dois capítulos iniciais de suas obras “Capitalismo e Liberdade” e “Livre para Escolher: um depoimento pessoal”, no qual se objetivou demonstrar, segundo o autor, que é necessário segregar poder político e econômico, sob pena de incorrer em regimes tiranos e totalitários, em uma verdadeira afronta à democracia.

Ademais, para o referido autor, há impossibilidade de se admitir o denominado “socialismo democrático”, além de toda sua construção e contribuição teórica em torno da defesa do livre mercado como a melhor opção de organização econômica em contraponto ao planejamento central.

A abordagem acima demandou uma análise prévia sobre a democracia, bem como o liberalismo. Quanto à democracia, discorreu-se sobre os elementos comuns na tentativa de sua definição, destacando uma descrição contemporânea onde a ideia de liberdade preconizada pelos liberais deve necessariamente fazer parte da concepção de democracia. Quanto ao liberalismo, optou-se por realizar uma breve apreciação histórica, valendo-se, em especial, das lições de Merquior que percorre uma análise desde o liberalismo clássico até o neoliberalismo.

No que concerne ao tema central desse estudo, não obstante se trate de um autor norte-americano do século XX e com experiências estadunidenses que, por vezes, se distanciam, por exemplo, da realidade brasileira, é certo que suas lições trazem elementos importantes para repensar o relacionamento estreito entre os sistemas político e econômico. Assim, para além da reflexão acadêmica,

é inegável que as questões que foram ventiladas servem como ponto de partida para discussões no cenário político atual.

É possível então visualizar, como defendido pelo autor, os sistemas político e econômico como um mercado onde os participantes agem segundo seus próprios interesses? A lógica do mercado é o melhor modelo para explicar tal relação? É certa a segregação entre poder político e econômico para se evitar a tirania? E mais: A liberdade econômica é condição necessária para liberdade política? Essas e outras indagações que foram enfrentadas – sempre relevantes e atuais – instigaram a presente análise.

É certo, todavia, que o debate em torno das ideias de Friedman fomenta uma contenda fervorosa em várias direções, sobretudo em uma sociedade entrincheirada e desigual, onde o clamor pelo Estado Social se tornou palco de discussões nas sociedades democráticas.

Mas, o foco aqui foi tratar da liberdade e não da igualdade ou dos diversos problemas enfrentados pela democracia. Este seria um outro caminho para análise, já que entendemos que uma sociedade democrática pressupõe ouvir as minorias, o que demandaria, em certa medida, a atuação do Estado para se vislumbrar uma liberdade econômica e, quiçá, política.

Assim, ponderamos: “nem tanto e tampouco”. Não partilhamos do ideário liberal, a partir de uma visão extremista, de total ausência do Estado na economia. Não se pode apostar no mercado de forma cega a ponto de vislumbrar que a mão invisível sempre solucione as contingências do sistema econômico. O mercado, como teorizado, demandaria uma situação livre de imperfeições, o que na prática nos parece improvável.

Mas, até o próprio Friedman reconhece em sua obra que o Estado tem um papel a cumprir, ainda que não vigoroso, quando se trata de desigualdades, a exemplo de sua teorização sobre o imposto negativo que, embora não tenha sido aqui objeto de análise, serve para instigar o leitor a novas descobertas e reflexões dessa proposta com a ideia de mínimo existencial e ideal democrático.

Ademais, Friedman, quanto ao tema da igualdade, assevera que uma sociedade que se vale do uso da força para sua obtenção, destruirá a liberdade e, conseqüentemente, a força que eventualmente seja adotada para bons propósitos terminará nas mãos de

pessoas que as usam para promoção de seus próprios interesses.

Assim, conclui-se que a liberdade é, sem dúvida, um corolário da democracia. Embora haja uma tensão permanente entre este regime político e a economia de mercado capitalista, conforme exposto por Dahl e com quem concordamos, é nesta última que podem ser encontradas as condições mais favoráveis à manutenção das instituições democráticas políticas.

REFERÊNCIAS

BARREIROS NETO, Jaime. *Teorias da democracia*. 1. ed. Salvador: JusPodivm: Faculdade Baiana de Direito, 2019.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Edipro, 2017.

CUNNINGHAM, Frank. *Teorias da Democracia: uma introdução crítica*. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

DAHL, Robert A. *A democracia e seus críticos*. Tradução de Patrícia de Freitas Ribeiro. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

DAHL, Robert A. *Sobre a democracia*. Tradução de Beatriz Sindou. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 2016.

DWORKIN, Ronald. *Justiça para ouriços*. Tradução de Pedro Elói Duarte. Coimbra: Almedina, 2012.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. 1. ed., 5. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2020.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. *Livre para escolher: um depoimento pessoal*. Tradução de Lígia Filgueiras. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

LANDSBURG, Steven. *O essencial de Milton Friedman*. Tradução de Matheus Pacini. São Paulo: Faro Editorial, 2021.

MERQUIOR, José Guilherme. *O argumento liberal*. 1. ed. São Paulo: É Realizações, 2019.

MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo antigo e moderno*. 3. ed. São Paulo: É Realizações, 2014.

STEWART JR., Donald. *O que é liberalismo*. 6. ed. São Paulo: LVM Editora, 2019.

TOCQUEVILLE, Alexis. *O antigo regime e a revolução*. Lisboa: Fragmentos, 1989.